



Seção

do CANDIDATO à

ESCOLA DE COMANDO E
ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO

200 / 20-N-858

Coordenador: Maj GERMANO SEIDL VIDAL

S U M Á R I O

I — NOVAS CONTRIBUIÇÕES

**II — HISTÓRIA DO BRASIL — FILOSOFIA DO DESENVOLVIMENTO
DO PROCESSO HISTÓRICO**

Prof. ANGELO RAIMUNDO.

III — UMA POLÍTICA NACIONAL PARA O CAFÉ

Maj AIRTON DE CARVALHO MATTOS.

IV — EXERCÍCIOS DE ESPANHOL

Cel DARCY VILLAÇA.

V — EXERCÍCIOS DE INGLÊS

Ten-Cel CELSO MEYER.



DOCUMENTOS BÁSICOS PARA O PREPARO DO CANDIDATO À ECEME

GEOGRAFIA

- Geografia do Brasil — Delgado de Carvalho
Geografia Regional do Brasil — Delgado de Carvalho
Geografia Humana de 1934 — Aroldo de Azevedo
Geografia Humana do Brasil — Pierre Deffontaines
Notas de Geografia Militar Sul-Americana — P. de Paula Cidade
História Econômica do Brasil — Roberto Simonsen
Realidades Econômicas do Brasil — Pires do Rio
Partes da Geologia da História Natural — Waldemar Potsch
Geologia do Brasil — Avelino — Oliveira e Othon A. Leonardos
As Grandes Regiões do Brasil — Conselho Nacional de Geografia
Alguns Problemas brasileiros (subsídios para o seu estudo, coligidos pelo Conselho Técnico Consultivo da Confederação Nacional do Comércio — 1955)
Aspectos geográficos sul-americanos ou Projeção continental do Brasil — Mário Travassos
O Domínio da Bacia Hidrográfica do Prata — Francisco de Paula Cidade (Rev Mil Brasileira — Jan, Mar, Jun, Jul e Set 1930)
Sobre os fundamentos para o estudo dos aspectos militares da Bacia do Prata — Cel R1 João Batista de Magalhães (idem Jan-Jun 1940)
Perspectivas da Economia Brasileira — Industrialização da Economia Nacional — ISEP — 1958.

HISTÓRIA

- História do Brasil — João Ribeiro (Curso Superior)
Manual de História do Brasil — Basílio de Magalhães
História do Brasil — Barão do Rio Branco
História Geral do Brasil — Visconde de Pôrto Seguro, anotada por Rodolpho Garcia
História do Brasil — Rocha Pombo
História do Brasil — Pedro Calmon
Evolução do Povo Brasileiro — Oliveira Viana
História das Américas, publicada sob a direção de Ricardo Levone, Ed Bras dirigida por Pedro Calmon, 14 vol (Ed Jackson) — 1947
História da América — Gastão Ruch
(Das Instruções para o Concurso, atualmente em vigor)

I — NOVAS CONTRIBUIÇÕES

Esta Seção tem insistente apelo para os camaradas "já cursados" no sentido de enviarem colaborações. O programa do Concurso de Admissão à EsCEME é vasto, eclético e complexo pela circunstância de abraçar assuntos de Cultura Geral e Profissional que só podem ser assimilados em muitos anos de estudo. Assim, essa colaboração solicitada é indispensável para se manter as páginas d'A DEFESA NACIONAL como valioso repositório de lições aos que desejam aprimorar aqueles conhecimentos.

Muitos são os que nos escrevem, mas para sugerir que a Seção mantenha mais variada gama de assuntos, aborde problemas específicos dos "pontos" do Concurso, enfim, realize um verdadeiro Curso por Correspondência...

Tais anseios, muitos justos, não podem, entretanto, ser atendidos pelo Coordenador da Seção, nem são (verdade se diga) objetivos da Revista. Pretendeu-se, sim, complementar os estudos dos candidatos, dando-se guarida nestas páginas a trabalhos que venham facilitar e, particularmente, estimular o aprimoramento da Cultura Geral e Profissional dos companheiros, candidatos aos quadros de EM e aos altos mandos do Exército.

Todavia, sentimos falho o nosso trabalho e não compensado nosso esforço pela pobreza de novas contribuições para estas páginas. O registro desse fato tem hoje contrapartida para que as esperanças de muitos não sucumbam, ampliando o número de desencantados pela vida militar.

Trata-se de nova e efetiva contribuição que esta Seção recebeu do "Curso de Preparação à EsCEME" do Departamento Cultural do Clube Militar. Há alguns anos que o dirige o Ten-Cel Inf JOAQUIM AUGUSTO DE MONTENEGRO que, compreendendo o valor da divulgação por esta Revista dos trabalhos daquele Curso, propiciou-nos contato direto com os seus conferencistas e professores para atingir aquele desiderado.

Dessa forma, pretendemos enriquecer esta Seção com novas contribuições, visando atender aos reclamos dos camaradas, leitores assíduos destas páginas.

Fica, entretanto, de pé o velho apelo a todos os demais companheiros, que possam colaborar com o propósito desta Seção, para a remessa de outros trabalhos pertinentes ao preparo do Candidato à EsCEME.

O Redator

UM APÉLO

PREZADO COMPANHEIRO,

apelamos para **você**, que pode ajudar à Seção do Candidato à ECEME de "A DEFESA NACIONAL".

Buscamos orientação para o próximo ano, que atenda aos anseios dos candidatos e esteja apoiada na valiosa e indispensável contribuição dos oficiais de EM, dos alunos da ECEME e dos próprios candidatos.

Encarecemos o valor de sua ajuda, através da remessa de ensaios, resumos ou questões resolvidas.

Precisamos de suas críticas e de suas sugestões.

Folgaremos em divulgar os trabalhos remetidos e em vitalizar o intercâmbio de idéias que concorram para o fim precípua destas colunas: Servir ao Candidato!

Dirija-se ao Major G. Vidal — 5^a Seção — EME — Palácio da Guerra — GB.

O Redator

II — FILOSOFIA DO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO HISTÓRICO (1)

Professor ANGELO RAIMUNDO

METODOLOGIA

Antes de iniciarmos êste curso de História do Brasil parece-nos necessário esclarecer como entendemos o estudo da História. Com êsse esclarecimento expomos nosso ponto de vista, obtendo, assim, dos que nos ouvem ou lêem, a compreensão do que pretendemos e aquela identificação que deve existir entre quem expõe uma tese e seus interlocutores, pelo conhecimento antecipado que têm êstes, do plano geral de orientação.

Não será, pois, um caminhar às cegas, numa dependência continua de fontes subsidiárias de cultura que ajudem a esclarecer, dar forma e lógica ao desfilar dos acontecimentos, sem perceber o rumo dos fatos. Sabemos que um indivíduo, no pequeno recanto da sua montanha, tem o conhecimento perfeito de tudo o que o rodeia, numa área mais ou menos extensa, junto à casa onde vive. E quanto mais estenda êsse conhecimento e o aprimore, tanto mais se debruçará sobre seu próprio meio, sem tempo, modalidades ou recursos, para transcender a região local.

Entretanto, as montanhas fazem parte de grandes sistemas, de grandes cadeias de serras, com direções exatas; outros relevos, sobre outras terras, estados, condições, climas. Não se pode aferir o geral pelo particularizado e o indivíduo de um recanto local não pode ter a idéia de conjunto e de relações do sistema onde está localizada a sua casa. Tem muitas facetas. Ver a verdade por uma só, restringe o conhecimento geral do sistema, para se poder situar com precisão e dêle ter conhecimento objetivo e lógico.

De muitas verdades se compõe a verdade inteira. Como um diamante tem muitas facetas. Ver a verdade por uma só, restringe o conhecimento, parcializa.

Tudo isto, que todo o mundo sabe, para defender meu ponto de vista de que a História precisa de ser vista, analisada e interpretada de diversos ângulos. De diversas ciências se compõe o conhecimento geral do processo social e a História é uma dessas ciências que, por sua vez, exige a contribuição de muitas outras disciplinas. Conhecer História na sequência de fatos e datas é muito pouco. É o mínimo.

A História é a própria vida do homem, rica de ensinamentos que a qualquer momento podem ter aplicação proveitosa, considerando-se, sempre, para não incidir em êrro, as novas condições econômicas, sociais, culturais e de tempo, de cada etapa histórica.

“Um barco não navega duas vêzes seguidas na mesma corrente”, como já ensinava Heráclito; mas adquire uma experiência teórica que deve ser aproveitada. Com outras experiências, fará parte de um corpo de conhecimentos sempre úteis de compulsar, em circunstâncias dadas ou antes de se realizar uma experiência similar.

E se a História é a própria vida do Homem, estudemos, primeiramente, as condições sociais de sua existência, da sociedade em seu de-

(1) — Contribuição do “Curso de Preparação à ECEME” do Clube Militar.

senvolvimento, firmando, assim, um sentido de posição em face de um plano geral de investigação e análise e, com a posição, um sistema e um método decorrentes.

A HISTÓRIA TAMBÉM É CIÊNCIA

Inicialmente, consideremos que a História também é ciência, ao contrário de muitos autores que querem ver, apenas, nesse ramo do conhecimento, uma seqüência de fatos e acontecimentos, sem se dignarem à investigação de suas causas.

Se a História não possui as verdadeiras características e critérios de generalidades comuns a todas as ciências, é ciência pelos métodos que emprega no estudo e análise desses mesmos fatos e feitos que congregam as manifestações sociais, econômicas, políticas, morais, religiosas e intelectuais de um povo ou da Humanidade. Sociólogos, antropólogos, psicólogos, economistas e demais estudiosos têm procurado, dentro de suas disciplinas e, transcendendo-as, esquematizar um plano geral de compreensão interdisciplinar, através dos chamados "fatores sociais", dando à sociedade uma configuração *tridimensional*: cultura-social e motivacional.

Para esclarecimentos da matéria, existe um grande número de estudos parciais, tanto teóricos como de investigação, uma copiosa literatura a respeito, sem que, até hoje, se tenha conseguido uma teoria científica do desenvolvimento do processo histórico.

Permanece, pois, o campo aberto a todas as disciplinas e a todas as teses, podendo ser estudado pelos mais diversos e até antagônicos pontos de vista. Sob todos os ângulos pode ser estudada a História e quando dizemos "ângulos", queremos expressar teorias. Por esse motivo preferimos o campo mais vasto de um certo ecletismo científico para a investigação e análise da História, sem filiação cultural, por nos parecer que, assim, eliminaremos o dogmatismo de pontos preconcebidos.

Materialistas e idealistas estão num beco sem saída. O racionalismo de Descartes, em reação à metafísica escolástica, atribuindo primazia à razão, acabou fechando-se em si mesma com a construção de toda uma metafísica de qualidade e mecanicista.

A teoria materialista, que tinha por base a concepção fundamental do elemento *matéria* como constituinte do mundo, também ruiu. Essa concepção materialista, com o desenvolvimento da Física, esborrou-se, pois o conhecimento da estrutura íntima do mundo não revelaria partícula alguma de matéria, mas, exclusivamente, subdivisões cada vez mais ínfimas, até se desfazerem em *processos de transformação contínua em formas ondulatórias*, sem representação possível, a não ser pela matemática. Afinal, se não há matéria, também não existem categorias nem formas incorpóreas.

PROCESSOS

Sem nos filiarmos, pois, a este ou àquele campo, vamos para o ecletismo geral das ciências, certos sempre de que a História, também em si, é um processo. O processo do desenvolvimento social do Homem.

OS FATORES SOCIAIS

Fixada a nossa posição, estabelecemos, como método pessoal do estudo do processo histórico, esquema com o qual pretendemos sistematizar esse estudo, damos à sociedade uma configuração *quadridimensional*, através dos seguintes fatores: *econômico-social-cultural-epocal*.

Econômico: as formas de "status" e de relações econômicas condicionam, principalmente nos estágios primitivos, toda a estrutura social pela qual se processa o desenvolvimento de qualquer coletividade. Nos organismos mais desenvolvidos é sempre patente a sua influência, embora disfarçada em outras roupagens de ordem motivacional.

Social: campo onde se verificam as transformações, os embates, as contradições e as lutas dos grupos e das coletividades. De onde se originam as coordenadas emocionais dos grandes movimentos, que acabam por romper o equilíbrio das estruturas já assentes e que não mais abarcam as mutações operadas, nem as contêm.

Cultural: contendo todo o acervo dos valores, normas, hábitos e tradições, dos conhecimentos, tendências e heranças morais, espirituais e materiais da sociedade. Junto com o fator social, adquire uma dinâmica terrível, com uma tremenda carga explosiva.

Epocal: sentido direcional sob o fluxo orientador e coordenador da época.

No plano "sócio-cultural" é a matriz da tensão política, tensão dos interesses em choque, onde os fatos ganham um relêvo e vulto maiores, devido à contradição e à força dos grupos em oposição, grupos internos ou externos, na luta para manter a continuidade histórica de seus interesses e privilégios.

Por esse motivo, pela riqueza variada e contínua de episódios e lances dramáticos, se deixam muitos absorver pelo conteúdo cênico, digamos assim, da reunião dos dois fatores, formando binômio sócio-cultural, relegando a segundo plano o fator econômico e o epocal. Pelo luxo de detalhes que oferecem e por cálculo, porque a História, até aqui, tem sido escrita de acordo com interesses de grupos, classes e de nações.

Os quatro fatores, a nosso ver, são polivalentes e não damos primazia a este ou àquele, porque, todos eles se interpretam e, de per si, em determinados momentos, assumem a liderança das ações. Neste fértil campo sócio-cultural é onde se manifestam as grandes crises, as grandes transformações. Em última análise, a passagem de uma sociedade em equilíbrio para um outro estágio de desenvolvimento histórico. A chamada "crise", em verdade, é a etapa de *transição* entre um estágio e outro.

As sociedades, como verdadeiros sistemas, possuem suas coordenadas próprias, suas leis e qualquer alteração no quadro dessas coordenadas estabelece a ruptura da lei do equilíbrio em que viviam, produzindo agitações, episódios, lutas.

Quando a "crise" vem acompanhada de modificações direcionais e com velocidades diferentes, o fenômeno da *transformação* torna-se mais

grave e transições políticas existem que, devido a êsses impactos multidirecionais, paradas bruscas, velocidades diferentes e outros fatores, se transformam num grave processo cumulativo que acaba por deflagrar, depois de amalgamar todos os setores sociais e econômicos, num só rumo e com uma velocidade que leva tudo de roldão.

As crises costumam acontecer quando as camadas sociais que se "desajustaram" ainda não encontraram o denominador comum de evolução. É quando o fator epocal acaba por prevalecer, impondo a sua supremacia momentânea, por ser resultante direta da dinâmica de todos os outros fatores. Prevalece, impondo seus ideais às mais variadas coletividades, fazendo tábua rasa de seus graus de cultura e adiantamento, ciclo histórico de desenvolvimento econômico. Assim na Idade Média, cujo ambiente epocal a todas as nações se impunha. Assim na Renascença, na Idade Moderna, no século XIX, o século da libertação política da América Latina, como nesta segunda metade do século XX assistimos à libertação econômica da Ásia e da África.

Para se verificar a justeza do fator epocal, observa-se que dezenas de milhões de negros, com uma minoria ínfima com cultura superior, neste momento, na África, se irmanam no ideal comum de libertação política e econômica. Com uma maioria esmagadora vivendo nos baixos escalões de cultura e desenvolvimento, sem noções corretas de liberdade e de autodeterminação dos povos, a raça negra estremece de ponta a ponta no continente africano, possuída pelo ideal da libertação. É o fator epocal com o seu ideário político agitando as massas negras do continente, como aqui, na América Latina, perseguindo o ideal da libertação através do desenvolvimentismo.

Na África desdobra-se o fenômeno de transformação através da atual "crise", numa só direção — independência — e com a mesma velocidade, não obstante as forças que lutam contra o movimento, aqui e ali, conseguindo frear, em certos setores, a rapidez do movimento, sem conseguirem quebrar, no conjunto, a sua uniformidade. Se numa coletividade se torna mais lenta, noutra se acelera violentamente, como que por compensação.

Todos êsses movimentos se refletem, como vemos, no campo sócio-cultural, levando os mais superficiais ou os interessados, a fazerem exclusivamente a crítica dos fatos e dos acontecimentos, esquecendo, por ignorância ou preconcebido, o fator econômico que tão bem se sabe integrar no fator epocal, se viático, seu conduto passional e emocional. Assim, neste momento, assistimos à primazia, na África, na Ásia e na América Latina, ao sentido dinâmico do fator epocal.

Uma vez feito este esclarecimento do método agora servir-nos-á de rumo e plano, sem descurarmos de todos os demais recursos culturais que nos auxiliem na investigação e análise histórica que pretendemos.

Entrando na fase da História, vejamos de que povo descendemos, marcando-lhe as características, a história e seu quadro de desenvolvimento na segunda metade do século XV. (2)

(2) No número de outubro publicaremos a palestra do autor sobre "Formação das Nacionalidades Sul-Americanas".

III — UMA POLÍTICA NACIONAL PARA O CAFÉ

Compilação do Major AYRTON DE CARVALHO MATTOS

1. INTRODUÇÃO

- 1.1 — O café, pelo que representa, diretamente, para extensa área do País, e pelo fato de contribuir com 60% de nossa receita em dólares, condicionando, assim, fortemente, nossa capacidade de importar, exerce ponderável influência em nosso desenvolvimento econômico, vale dizer, no fortalecimento do potencial nacional.
- 1.2 — Justo, portanto, que procuremos adquirir uma soma de conhecimentos capaz de nos permitir acompanhar as discussões que se travam em torno do assunto.
- 1.3 — A divulgação dêste trabalho, que teve por base:

- as “Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil”, referentes a 1957 e a 1958, do Conselho Nacional de Economia;
- depoimento do Presidente do Instituto Brasileiro do Café (Senhor RENATO DA COSTA LIMA), na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados (sessão de 4 de junho de 1959);
- instruções e planos formulados pelo Instituto Brasileiro do Café; e
- pronunciamentos diversos, feitos por autoridade e interessados, objetiva sua possível utilização, como esquema, para que cada um desenvolva os diversos aspectos, nêle ventilados, na medida que a respectiva curiosidade, necessidade ou possibilidade indique.

2. RESUMO HISTÓRICO

- 2.1 — A Lei n. 1.779, de 22 de dezembro de 1952, que criou o Instituto Brasileiro do Café, diz, em seu art. 1º, caber a esse órgão realizar, através das diretrizes constantes da citada lei, a política econômica do café brasileiro, no país e no estrangeiro; o art. 2º especifica quais as diretrizes a serem seguidas pelo IBC.

- 2.2 — Isso, no entanto, não tem sido bastante porque, à falta de uma política a longo prazo para o café, os eventuais responsáveis por êsse setor, no presente como no passado, vêm mudando de orientação, de acordo com suas idéias pessoais ou as do grupo a que se filiam, buscando soluções para situações de momento, que, no entanto têm, sempre, acarretado reflexos negativos, com o correr do tempo. Um dos exemplos mais importantes dessa instabilidade de orientação diz respeito aos preços-ouro.
- 2.3 — "Com efeito, a chamada política de estabilização dos preços-ouro só foi bem sucedida por períodos relativamente curtos, do ponto de vista da maximização da receita cambial brasileira. Mas seus efeitos estenderam-se por tempo suficientemente longo para estimular o plantio fora do Brasil e, consequentemente, determinar a queda de nossa participação, no consumo mundial, como mostra o quadro a seguir".

MÉDIAS ANUAIS	MILHÕES DE SACAS		
	Consumo Mundial	Exp. Brasileiras	Exp. outros Países
1900/09	16,3	12,4	3,9
1910/19	17,9	13,3	4,6
1920/29	21,2	13,8	7,1
1930/39	27,4	15,0	12,4
1940/49	24,2	13,6	10,6
1950/57	33,2	14,2	18,4

- 2.4 — Por outro lado, os preços altos estimularam o aparecimento de novas plantações, no país, gerando a superprodução e a inobservância dos preceitos de técnica e de produtividade que regem a lavoura do café. Deslocaram-se os cafezais para regiões de clima e solo inadequados e cada vez mais afastadas dos portos de embarque, com o completo descaso pela qualidade do produto e seu preparo para a comercialização.
- 2.5 — Examinando-se o quadro abaixo, "pode ser verificado facilmente que os ciclos do café no mercado mundial resultam da conjugação entre as oscilações que se processam por efeitos naturais, com as modificações introduzidas na sua evolução pela política de defesa praticada pelo Brasil, desde o comêço do século. Destaca-se a correlação entre os fatos: preços em baixa — política de defesa — aumento das plantações — superprodução — excesso de oferta — tendência à nova baixa de preços".

Prod.
Brasil
(Milhões
de sacas)

INFLUÊNCIA DO BRASIL
(As intervenções do Governo estão
em letras maiúsculas)

Período	MILHÕES DE SACAS		COTACÕES DO SANTOS-4		(As intervenções do Governo estão em letras maiúsculas)	Prod. Brasil (Milhões de sacas)
	Consumo	Produção	New York Cents/lb	Cr\$/10kg		
1	Mundial	Mundial	4	5	6	7
1899	5,00	8,20	CONVÉNIO DE TAUBATÉ Retirada de 11 milhões de sacas, FINANCIAMENTO ATRAVÉS EM-PRÉSTIMO DE 75 MILHÕES DE DÓLARES
1900	14,0	15,1	6,70	5,75		11,3
1906	17,1	23,8	8,60	4,82		20,3
1910	17,2	14,5	7,90	3,98		
1912	17,1	16,4	13,30	7,68	Liquidação dos estoques Geada	12,1
1914	21,7	17,9	11,46	5,20		13,6
1916	18,0	16,7	10,55	6,46		12,7
1917	14,8	18,8	10,16	5,40		
1918	16,0	14,2	12,71	7,18		9,7
1919	18,5	15,2	24,78	15,33	(Geadas — Liquidação dos estoques) Estocagem de 13,5 milhões de sacas .. Abandono do estoque de sustentação .. (INÍCIO DA QUEIMA, 1931 a 1944 — 84 milhões de sacas)	7,5
1927	23,5	35,6	18,50	27,08		27,6
1930	25,7	26,1	12,87	20,28		
1942	16,2	28,5	13,37	43,11	ACORDOS DE WASHINGTON Geada	13,6
1945	24,0	25,2	13,37	55,01		12,7
1948	32,9	30,5	27,37	111,10		16,3
1950	29,3	32,1	39,50	184,90	Início do 5º ciclo	16,8
1953	33,8	33,2	55,95	229,44		15,1
1954	30,3	33,8	78,75	422,25		
1955	33,8	41,9	57,00	411,25	QUEDA DOS PREÇOS — Geada	14,6
1956	37,8	35,6	58,00	439,25		22,1
1957	38,0	42,0	57,20	443,40		11,8

INFLUÊNCIA DO BRASIL

CONVÉNIO DE TAUBATÉ
Retirada de 11 milhões de sacas, FINANCIAMENTO ATRAVÉS EM-PRÉSTIMO DE 75 MILHÕES DE DÓLARES

Liquidação dos estoques

Geada

Geada

RETIRADA DE 4 MILHÕES DE SACAS DO MERCADO

(Geadas — Liquidação dos estoques)
Estocagem de 13,5 milhões de sacas ..
Abandono do estoque de sustentação ..
(INÍCIO DA QUEIMA, 1931 a 1944 — 84 milhões de sacas)

ACORDOS DE WASHINGTON

Geada

TENTATIVA DE VALORIZAÇÃO ARTIFICIAL APROVEITANDO A ESCASSEZ

Queda dos preços — Geada

Fortalecimento dos preços

TENTATIVA DE ESTABILIZAÇÃO —
ACORDO DO MÉXICO

3. CONJUNTURA ATUAL

Caracteriza-se pelos seguintes fatos.

- 3.1 — Participação crescente, no mercado mundial (em detrimento do café brasileiro) dos cafés finos da Colômbia e da América Central, e dos cafés africanos de baixa qualidade, particularmente estes, que nos fazem maior concorrência, pois gozam de medidas protecionistas das metrópoles européias e, por extensão, da Comunidade Européia.
- 3.2 — Altos custos de colocação do café nos portos de embarque, como resultado da baixa produtividade e (ou) da organização de lavouras em regiões inadequadas, seja pela ocorrência sistemática de condições climáticas adversas, seja pelo seu afastamento daqueles portos, agravado pelas deficiências do transporte ferroviário.
- 3.3 — Produção que excede largamente o consumo mundial, ou por superprodução ou por subconsumo, ficando o Brasil com imensos estoques que representam cerca de 80% do excesso, no cômputo total. Queda acentuada das cotações internacionais e, consequentemente, da receita, em dólares, decorrente das exportações de café.
- 3.4 — O acordo em vigor que prevê para o Brasil a colocação nos mercados tradicionais, da quota anual de 17 milhões de sacas e considera mercados novos e, portanto, abertos, entre outros, a URSS, a China, o Japão e a Polônia.
- 3.5 — A fase de grande desenvolvimento industrial que o Brasil atravessa, tornando imprescindível a importação de maquinaria, equipamentos, petróleo e outras matérias-primas que sustentam esse esforço.
- 3.6 — “Instabilidade de orientação que se tem manifestado desde os critérios de financiamento das safras e dos estoques aos de fiscalização dos registros dos cafés embarcados em diferentes épocas e regiões do país”.

4. CONCLUSÃO

Do que aqui foi exposto, é lícito concluir-se, então, pela necessidade de ser estabelecida, quanto antes, uma política a longo prazo que, proporcionando a sensação de segurança, tão necessária a quem produz, “reduza a amplitude das oscilações naturais de preços e evite os desequilíbrios causados no mercado pelo excesso de oferta, de que tem sido responsável o estímulo à produção pela sustentação artificial de cotações. E, diante da inevitabilidade de uma concorrência permanente e crescente nos mercados externos, convém ter em vista obter-se mais vantajosa participação do produto brasileiro, no quadro do consumo mundial provável”. Daí, para cogitações, a formulação da seguinte.

POLÍTICA NACIONAL PARA O CAFÉ

1. OBJETIVO NACIONAL ATUAL

Reconduzir o Brasil, no prazo de seis anos, à posição de supridor de 60% das importações mundiais de café.

2. POLÍTICA DE CONSECUÇÃO

2.1 — Racionalizar a cafeicultura com vistas a aumentar-lhes a produtividade, melhorar a qualidade do produto e reduzir-lhe os custos. Controlar o volume da produção, em função do total previsto para o consumo interno, para as exportações e para um estoque de segurança. Com essas finalidades e tendo por base, precipuamente, o crédito adequado:

- fomentar a melhoria do nível técnico das lavouras de café;
- proporcionar o maior amparo à renovação das lavouras que, localizadas em zonas de ecologia mais indicada, apresentem, também, situação favorável de mão-de-obra e condições que facilitem o transporte e as comunicações com os portos;
- estimular, por todos os meios, a substituição das lavouras de café, em zonas que não satisfaçam àquelas condições, por outras de grande importância para o abastecimento interno. (Política de Produção).

2.2 — Adotar providências que visem a:

- controlar o escoamento das safras de maneira a permitir a mais demorada retenção possível nos centros de produção;
- intensificar o mercado interno;
- mantendo-se nos termos do acôrdo internacional que vigorar, aumentar o volume das exportações, atuando com agressividade, seja nos mercados tradicionais, seja nos novos, recorrendo, mesmo, na área das moedas inconversíveis, a transações de natureza bilateral;
- realizar uma política de preços do café exportável que facilite o escoamento do produto, sem prejuízo das necessidades de divisas, do país. (Política de Comercialização).

2.3 — Fomentar a industrialização do café, de maneira a permitir a colocação, nos mercados internos e externos, de maiores quantidades de produto acabado (torrado e solúvel e a aproveitar os cafés inferiores para a obtenção de subprodutos (óleo, cafeína, torta e outros). (Política de Industrialização).

3. DIRETRIZES GOVERNAMENTAIS

3.1 — *Ao Instituto Brasileiro do Café*

No setor produção

3.1.1 — Atualizar e intensificar o plano de renovação das lavouras cafeeiras do país, de maneira a possibilitar,

dentro de 6 anos, aumento da produtividade média, para cerca de 80 arrôbas por 1.000 pés, e média anual de produção, de 42.000.000 de sacas beneficiadas (inclusive expurgo). O plano deve supor a substituição de 5 árvores por 1 e implicar na eliminação gradativa de 1.800.000.000 cafeeiros e no plantio de 350.000.000 novos e dar prioridade às zonas de melhores condições ecológicas para a cafeicultura. Na execução do plano, deve-se levar em conta a necessidade de uma safra anual média, durante o sexênio, de cerca de 33 milhões de sacas (inclusive expurgo).

- 3.1.2 — Fomentar a melhoria do nível técnico, das lavouras de café, mediante uso mais apropriado de adubos, inseticidas, processos conservacionistas e mecanização do cultivo.
- 3.1.3 — Promover estímulos à melhoria da produtividade da mão-de-obra cafeeira.
- 3.1.4 — Estimular a melhoria do produto, criando condições para a intensificação da despolpa e o melhor trato do café de terreiro, bem como para a criação de usinas centrais de beneficiamento, rebeneficiamento, classificação e padronização dos cafés, incumbindo-se inclusive da padronização dos seus próprios estoques, visando torná-los mais atraentes para as transações nos mercados externos.

No setor da comercialização:

- 3.1.5 — Promover uma política de escoamento e armazenagem que retenha, o mais possível, os cafés produzidos no interior, próximo das áreas de produção, de maneira a que desçam para os portos apenas cafés vendidos ou de fácil e rápida colocação.
- 3.1.6 — Criar um "Serviço de Amostra Certificada" a fim de possibilitar, nas operações de café, mediante amostras a garantia oficial do tipo, fava e bebida dos lotes representados, em qualquer mercado interno ou externo.
- 3.1.7 — Intensificar promoções para aumento do consumo interno de café, monopolizando, quando necessário e possível, o suprimento das torrefações, visando fornecer-lhes produto a preços acessíveis e de boa qualidade.
- 3.1.8 — Promover gestões, junto aos demais países produtores, no sentido de que caiba ao Brasil crescente participação percentual no aumento do consumo de café nos mercados tradicionais, dentro da disciplina do acordo internacional, e procurar atrair para este, todos os países produtores e as grandes nações consumidoras.

- 3.1.9 — Conquistar mercados novos, fora da disciplina do Acôrdo Internacional, inclusive mediante transações de natureza bilateral.
- 3.1.10 — Intensificar as chamadas "operações casadas" nos mercados novos e velhos, com o objetivo de assegurar posições e ampliar a venda do café brasileiro.
- 3.1.11 — Criar novos entrepostos de café no exterior, como processo de democratização de nossas vendas, ampliando o mais possível o raio de sua ação, inclusive mediante acesso a êles, de cafés de exportadores particulares do Brasil.
- 3.1.12 — Estender a sua rede de escritórios, de maneira que tenhamos nas áreas de consumo mais indicadas órgãos eficientes da investigação, informação e promoção, visando a popularizar o mais possível o café brasileiro, inclusive mediante participação em provas e festejos populares.
- 3.1.13 — Intensificar contatos com os demais países produtores, visando conhecer-lhes as condições cafeeiras, da área agrícola à dos mercados.

No setor da industrialização:

- 3.1.14 — Executar as resoluções 160 e 161, que se referem respectivamente, ao fomento à industrialização da cota de expurgo e à produção de café solúvel.
- 3.1.15 — Promover a modernização da indústria de torrefação e moagem de café, visando inclusive aos mercados externos, mediante estímulos especiais à iniciativa privada.

3.2 — Ao Ministério da Fazenda

No setor da produção:

- 3.2.1 — Proporcionar mediante utilização do produto das vendas dos cafés em poder do IBC, e através da rede do Banco do Brasil, os recursos necessários para o plano de renovação previsto no item 3.1.1 e as despesas e investimentos necessários ao cumprimento do que se dispõe nos itens 3.1.2, 3.1.3 e 3.1.4.
- 3.2.2 — Promover gestões no sentido de processar-se uma reforma do crédito agrícola no Brasil, visando democratizá-lo e interessá-lo nos investimentos de melhoria.
- 3.2.3 — Incentivar, mediante crédito especializado e garantia efetiva de preços, a diversificação da agricultura brasileira, que tenderia a intensificar-se nas áreas do centro-sul (cafeeiras), na medida em que se liberasse terra de boa qualidade, atualmente ocupada por cafezais.

No setor da comercialização:

3.2.4 — Promover, sempre que preciso, um ajuste cambial, de maneira a melhorar a posição competitiva do café do Brasil no exterior, e evitar que o cafeicultor brasileiro subside os produtores das nações concorrentes e a permitir que a cafeicultura desempenhe, cada vez melhor, o seu tradicional papel de base da agricultura na região mais rica do Brasil e de financiadora do desenvolvimento econômico nacional.

3.2.5 — Promover a revisão da política tarifária, de maneira a evitar proteções excessivas e indefinidas a indústrias que não sejam de interesse básico do país e a permitir condições para incentivo do comércio internacional do Brasil, particularmente do café, entendido como instrumento da nossa política de desenvolvimento.

3.2.6 — Adotar medidas de financiamento do café, que favoreçam a política de escoamento preconizado no item 3.1.5.

3.2.7 — Prestigiar a ação do IBC na adoção de medidas relativas aos itens 3.1.7, 3.1.8, 3.1.9, 3.1.10, 3.1.11 e 3.1.12.

3.2.8 — Providenciar no sentido de que a SUMOC permita o fechamento do câmbio sómente no ato da entrega do café no exterior, quando se trate de produto depositado, por exportadores particulares do Brasil, em entrepostos do IBC, previstos no item 3.1.11.

No setor da industrialização:

3.2.9 — Possibilitar recursos, oriundos de estoques de café do IBC, para que este promova a política de fomento à industrialização prevista nos itens 3.1.14 e 3.1.15, procurando ainda obter financiamentos internacionais para tal objetivo.

3.3 — Ao Ministério da Viação e Obras Públicas

No setor da produção:

3.3.1 — Atualizar, de acordo com as necessidades da população e do comércio, a rede de transportes ferroviários, rodoviários e aéreos e a de comunicações postais, telegráficas e telefônicas, nas zonas produtoras, e destas com os principais mercados internos e os portos de exportação.

No setor da comercialização:

3.3.2 — Aparelhar devidamente os portos do País, notadamente os de Paranaguá e Vitória, que não dispõem de aparelhamento à altura do seu movimento atual de café.

3.3.3 — Cooperar técnicamente com o IBC para execução da finalidade prevista no item 3.1.5, no que se refere à construção de armazéns.

3.4 — Ao Ministério das Relações Exteriores

No setor da comercialização:

3.4.1 — Manter um contínuo serviço de investigações e de informações sobre as condições da cafeicultura, em todas as zonas produtoras de café do mundo.

3.4.2 — Manter um contínuo serviço de investigações e de informações sobre os mercados mundiais de café, particularmente em questões relacionadas com óbices criados à comercialização interna do produto (barreiras alfandegárias, impostos e taxas internas, controles quantitativos, imposição de preços elevados, concorrência dos sucedâneos, etc.).

3.4.3 — Defender, nas conferências internacionais, particularmente no GATT, tratamentos aduaneiros e outros que facilitem a expansão do consumo do café brasileiro nos mercados mundiais.

3.4.4 — Cooperar técnicamente com o IBC, prestigiar a ação deste e tomar iniciativas próprias, na esfera de sua competência, para a execução das finalidades previstas nos itens 3.1.6, 3.1.7, 3.1.8, 3.1.9, 3.1.10, 3.1.11, 3.1.12 e 3.1.13.

No setor da industrialização:

3.4.5 — Cooperar com o IBC no sentido de se expandirem as exportações de café solúvel, torrado e moído e produtos industrializados, originários do café e produzidos no Brasil, bem como no Ministério da Fazenda para a obtenção de financiamentos internacionais à industrialização do café.

3.5 — Ao Ministério da Agricultura

No setor da produção:

3.5.1 — Cooperar técnicamente com o IBC para execução das finalidades previstas nos itens 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3 e 3.1.4.

No setor da comercialização:

3.5.2 — Cooperar com o IBC para a execução do serviço previsto no item 3.1.6 e item 3.1.7.

3.6 — Ao Ministério do Trabalho

No setor da produção:

- 3.6.1 — Cooperar técnicamente com o IBC para execução da finalidade prevista no item 3.1.3.

No setor da comercialização:

- 3.6.2 — Cooperar com o IBC para execução da finalidade prevista no item 3.1.7.

3.7 — Ao Ministério da Indústria e Comércio

No setor da produção:

- 3.7.1 — Cooperar técnicamente com o IBC para execução da finalidade prevista no item 3.1.4.

No setor da comercialização:

- 3.7.2 — Cooperar técnicamente com o IBC, para execução das finalidades previstas nos itens 3.1.6, 3.1.7, 3.1.8, 3.1.9, 3.1.10, 3.1.11, 3.1.12 e 3.1.13.

No setor da industrialização:

- 3.7.3 — Cooperar técnicamente com o IBC para a execução das finalidades previstas nos itens 3.1.14 e 3.1.15.

3.8 — Ao Serviço Social Rural

No setor da produção:

- 3.8.1 — Contribuir para que se criem condições educacionais e sanitárias no meio rural, de maneira a facilitar o cumprimento, pelo IBC, das finalidades referidas nos itens 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3.

3.9 — Aos Ministério da Educação e da Saúde e às Secretarias correspondentes nos Estados e Municípios

No setor da produção:

- 3.9.1 — Cooperar com o SSR para o cumprimento da finalidade prevista no item 3.8.1.

IV — EXERCÍCIOS DE ESPANHOL

Cel DARCY VILLAÇA

TRADUZIR

“INFLUENCIA DEL TERRENO Y DEL CLIMA EN LAS OPERACIONES MILITARES”

Para acelerar la retirada será conveniente disponer de una rede de caminhos y sendas apropiadas, que los sapadores prepararán con antelación. Los caminos y sendas solo podrán ser utilizados durante el día si la aviación propia tiene el dominio local del espacio, de lo contrario deberá realizarse la marcha retrógrada através del monte por líneas hábilmente preparadas los caminos y sendas a seguir por cada unidad deben ser señalados con precisión. Las marchas de noche tienen menor rendimiento. Dada la estrechez de ciertos caminos y de las sendas conviene disponer una rigurosa disciplina de tránsito.

Para impedir o demorar la persecución desbordante del enemigo es necesario interceptarle todos los caminos y sendas que la faciliten. Las interceptaciones presentarán dificultadas para ser rodeadas si junto a ellas grupos con armas automáticas y aun tropas mecanizadas contienen al adversario.

Si el comando ha resuelto resistir en una nueva posición, dependerá de la situación táctica, de sus intenciones y de la profundidad del manto arbóreo, que ésta quede comprendida en el monte o fuera de él.

Una resistencia en el monte sólo es apropiada si la nueva posición tiene adelante un curso de agua de orillas despejadas sobre el cual se puedan efectuar fuegos de eficacia y obligue en consecuencia al enemigo a efectuar nuevos preparativos para el ataque y si la persecución desbordante ha sido contenida. En dicho caso se tratará de aumentar los obstáculos naturales del curso de agua y adoptar un dispositivo que permita la concurrencia de los fuegos de todas las armas sobre al mismo.

(1) Contribuição do “Curso de Preparação à ECEME” do Clube Militar.

TRADUÇÃO (UMA SOLUÇÃO)

"INFLUÊNCIA DO TERRENO E DO CLIMA NAS OPERAÇÕES MILITARES"

Para acelerar a retirada será conveniente dispor de uma rede de caminhos e picadas apropriadas que os sapadores prepararão com antecedência. Os caminhos e picadas só poderão ser utilizados durante o dia se a aviação amiga tem o domínio local do espaço, caso contrário deverá realizar-se a marcha retrógrada através da mata por linhas habilmente escolhidas; os caminhos e picadas a serem seguidos pelas unidades devem ser assinalados com precisão. As marchas noturnas têm menos rendimento. Dada a estreiteza de certos caminhos e picadas, convém estabelecer uma rigorosa disciplina de trânsito.

Para impedir ou retardar a perseguição desbordante do inimigo, é necessário interceptá-lo em todos os caminhos e picadas que a facilitem. As interceptações apresentarão dificuldades para serem contornadas se junto a elas grupos com armas automáticas e mesmo tropas mecanizadas contenham o adversário.

Se o comando resolveu resistir em uma nova posição dependerá da situação tática, de suas intenções e da profundidade do manto arbóreo que esta fique compreendida na mata ou fora dela.

Uma resistência na mata só é apropriada se a nova posição apresenta na frente um curso de água de margens limpas, sobre o qual se possam efetuar fogos de eficácia e obrigue, em consequência, o inimigo efetuar novos preparativos para o ataque e se a perseguição desbordante foi contida. Neste caso se tratará de aumentar os obstáculos naturais do curso de água e adotar um dispositivo que permita a convergência dos fogos de todas as armas sobre o mesmo.

DEVER MILITAR E POLÍTICA PARTIDÁRIA

UM LIVRO PARA MILITARES E CIVIS

pelo

MARECHAL E. LEITÃO DE CARVALHO.

Livraria Civilização Brasileira

Cr\$ 250,00

RUA 7 DE SETEMBRO, 97

RIO DE JANEIRO

V — EXERCÍCIOS DE INGLÊS

Ten-Cel CELSO MEYER

1. TRADUZIR

Mountain warfare is characterized primarily by difficulties which terrain offers to movement. The restricted nature of narrow valleys and defiles limits the strength of forces which can operate efficiently therein.

The inadequate road found in sparsely settled mountain areas enhances the military value of existing roads, adds importance to heights which dominate them and slows down the operations. Critical terrain features consist of heights which dominate valleys and lines of communications with their observation and fire; passes which permit movement through mountains and roads and railroads which must be secured for supply purposes.

In mountain combat, the commander is limited by terrain as to the means which he may employ. Success depends more upon proper adaptation of available means to the terrain than upon their power. Maneuver of small units and the initiative and leadership of subordinated commanders are of the highest importance in mountain warfare. Small units are favored by the concealment which is available for movement, by the diminished effect of hostile firepower resulting from defilade and by facilities for observation.

The plan of maneuver for the force as a whole is more closely subject to considerations of terrain than in ordinary regions. The problem often resolves itself into a matter of striking hostile routes of communications and of defending one's own routes. The actions of small, semi-independent units in seizing or defending heights which dominate lines of communications or of fighting to seize or block passes and other defiles on routes of communications are of increased importance.

2. VERTER

- a) Há dois tipos básicos de defesa, a defesa de posição e a defesa móvel. As diferenças fundamentais entre êsses dois tipos são a maneira pela qual as fôrças são dispostas e a forma (método) de manutenção da posição defensiva.
- b) A defesa móvel é o método de defesa no qual as posições defensivas avançadas são ocupadas pelo mínimo de fôrças necessário para alertar do ataque iminente, para canalizar as fôrças atacantes para terreno menos favorável e para bloquear e deter essas fôrças (as fôrças atacantes), enquanto o grosso das fôrças defensivas é empregado em ação ofensiva contra o inimigo, no local e momento mais favorável para o defensor.

(1) Contribuição do "Curso de Preparação à ECEME" do Clube Militar.

UMA SOLUÇÃO

1. TRADUÇÃO

A guerra de montanha caracteriza-se, principalmente, pelas dificuldades que o terreno oferece ao movimento. A natureza restrita dos estreitos vales e desfiladeiros limita o efetivo das forças que aí podem operar eficientemente.

A inadequada rede de estradas encontrada nas regiões montanhosas escassamente povoadas, aumenta o valor militar das estradas existentes, dá importância às elevações que as dominam e retardam as operações. Os pontos críticos do terreno são as alturas que dominam os vales e as vias de transporte pela observação e pelo fogo, os passos que permitem o movimento através das montanhas e as rodovias e ferrovias que devem ser asseguradas para o suprimento.

No combate em montanha, o comandante é limitado pelo terreno quanto aos meios a empregar. O sucesso depende mais de apropriada adaptação dos meios disponíveis ao terreno, do que sua potência. A manobra de pequenas unidades e a iniciativa e chefia dos comandos subordinados são da mais alta importância na guerra de montanha. As pequenas unidades são beneficiadas pela proteção existente para o movimento, pela diminuição do efeito do fogo inimigo em consequência do desenfiamento e pelas facilidades de observação.

O plano de manobra geral (de toda a força) está mais intimamente subordinado às considerações de terreno do que nas regiões normais. O problema, freqüentemente, transforma-se numa questão de ataque às vias de comunicações inimigas e de defesa de nossas próprias vias.

As ações de unidades pequenas e semi-independentes para conquistar ou defender as alturas que dominam as vias de transporte ou para disputar ou bloquear passos ou outras gargantas das referidas vias, são da maior importância.

2. VERSÃO

- a) There are two basic types of defense, the position defense and the mobile defense. The fundamental differences between these two types are the manner in which forces are disposed and the method of maintaining the defensive position.
- b) Mobile defense is that method of defense in which forward defensive positions are occupied by the minimum necessary to ward off impending attack, canalize the attacking forces into less favorable terrain and block or impede the attacking forces, while the bulk of the defending forces is employed in offensive action to the enemy at the time and place favorable to the defender.